

CAPÍTULO 2

INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Data de aceite: 10/03/2023

Data de submissão: xx/xx/2022

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC.

Mestre em Relações Internacionais.

Docente, pesquisador e orientador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

Rubens Luís Freiburger

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1520-1580>

Dreone Mendes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6150-0450>

a diversas teorias, inclusive a soberania do Estado. Não podendo os contrastes que surgem nas Relações internacionais ser resolvidos mediante decisão de um poder soberano capaz de impor um ordenamento jurídico eficaz, os Estados recorrem à prova de força, vendo-se obrigados, na possibilidade de tal situação, armarem-se uns contra os outros ou, se não puderem confiar só em suas armas, a apoiarem-se nas armas alheias. Este conceito das Relações internacionais e da sua diferença quanto às relações internas não é desmentido pela existência de um direito internacional, que muitos juristas consideram um ordenamento originário, plenamente vinculador para quantos lhe estão sujeitos. Destarte, tal estudo se justifica, porquanto a produção de conhecimento científico na área, constitui ponto de partida para qualquer investigação sobre o assunto, ao mesmo tempo em que os resultados destes trabalhos evidenciam a necessidade de conhecer a realidade do ensino de Relações Internacionais, a pesquisa e a profissionalização.

RESUMO: O objetivo desse estudo consiste em configurar introdução às Relações Internacionais, bem como projetar luz sobre

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais. Introdução. Estado.

INTRODUCTION TO INTERNATIONAL RELATIONSHIPS

ABSTRACT: The objective of this study is to configure an introduction to International Relations, as well as to shed light on several theories, including the sovereignty of the State. As the contrasts that arise in International Relations cannot be resolved by a decision of a sovereign power capable of imposing an effective legal order, States resort to the test of force, seeing themselves obliged, in the event of such a situation, to arm themselves against each other. Others or, if they cannot rely on their own weapons, to rely on the weapons of others. This concept of International Relations and its difference in terms of internal relations is not contradicted by the existence of an international law, which many jurists consider an original order, fully binding for those who are subject to it (BOBBIO, 1998). Thus, this study is justified, as the production of scientific knowledge in the area, constitutes a starting point for any investigation on the subject, while the results of these studies highlight the need to know the reality of teaching International Relations, the research and professionalization.

KEYWORDS: International Relations. Introduction. State.

INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais sempre foram efetuadas pelo homem antigo buscando resolver impasses, mediante um poder soberano capaz de impor um ordenamento jurídico eficaz. Os gregos da Grécia Antiga enviavam representantes em missões diplomáticas às cidades-estados levando mensagens, ofertas, presentes ou mensagens em tentativas diplomáticas de negociação e resolução. (MAGNOLI, 2017).

Os governantes das cidades-estados italianas renascentistas embasam a diplomacia e a arte da negociação moderna, reduzindo o número de guerras e alicerçando as bases das relações internacionais. (MAGNOLI, 2017).

Assistimos as Relações Internacionais evoluírem no século XX, cada país assumiu um papel e uma base de negociação, os países ocidentais se embasam nos parâmetros adotados pelos Estados Unidos (EUA) a partir da I e II grandes guerras mundiais. Para Pecequilo (2016 *apud* Hoffmann 1985), denominada ciência norte-americana.

A disciplina de Relações Internacionais surge no início do século XX, precisamente em 1918, têm como raízes as ciências da História, Sociologia, Direito, Filosofia, Economia, entre outras. Encontra-se em constante renovação e evolução com o processo da globalização e das relações entre os países do eixo Ocidental/EUA, países emergentes do terceiro mundo, países da zona do euro (moeda comum), entre outros, em diferentes campos. (PECEQUILO, 2016).

Preleciona Saldanha (2005, p. 17) que as Relações Internacionais possuem um método de análise complexo, que, por determinar seus limites e especificidades, necessariamente configura a disciplina Teoria das Relações Internacionais (TRI).

Como ciência a TRI é uma área autônoma, estuda teorias abordadas e delimitadas e demanda contextualização ao invés de afastamento e neutralidade dos acontecimentos. (PECEQUILO, 2016).

Essa constituição metodológica acaba determinando a produção de um conhecimento, onde o sujeito que conhece acaba por estabelecer uma relação determinada e específica com o objeto a ser conhecido, qual seja este último a realidade internacional.

Por muito tempo, a produção de conhecimento em relações internacionais restou arraigada na tradição por vezes mecanicista, dogmática, o que não condiz com a noção que se deve ter da relação cíclica, sujeito/objeto/sujeito/sociedade.

A partir da relação de produção de conhecimento que se forma a teoria, a qual busca empreender limites de análise, determinando aos conhecedores do objeto uma direção científica de produção de conhecimento, sendo que, especificamente passa por este processo catártico de conformação para o entendimento da realidade do que se chamam relações internacionais. (SALDANHA, 2005, p. 19).

Quanto à Metodologia empregada, a pesquisa tem caráter qualitativo, uma vez que se procura trabalhar com informações que não podem se diretamente quantificadas, realizando-se um estudo aprofundado sobre o tema em questão, qual seja, as relações internacionais.

Na Fase de Investigação foi utilizado o Método Dedutivo, que se caracteriza por inferir, a partir de afirmações gerais estabelecidas pelas teorias científicas anteriores, consequências válidas que se aplicam a casos particulares, ou seja, ao objeto do presente estudo (POZZEBON, 2004, p. 28). Nas diversas fases da pesquisa, foram acionadas as Técnicas da Pesquisa Bibliográfica.

Conforme Santos (2007, p. 31), as formas mais comuns de coletar informações são: a pesquisa bibliográfica, o levantamento e a pesquisa experimental, que utilizam como fontes a bibliografia, o campo e o laboratório, respectivamente. Pesquisa documental, pesquisa *ex post facto*, pesquisa-ação e estudo de caso constituem variações importantes daquelas formas fundamentais.

São consideradas fontes bibliográficas, os livros (de leitura corrente ou de referência, tais como dicionários, enciclopédias, anuários etc.), as publicações periódicas (jornais, revistas, panfletos, etc.), entre outros. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes caracteriza a pesquisa como pesquisa bibliográfica.

Conforme Haguette (1997), o método qualitativo fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, sendo que a estatística é incapaz de dar conta dos

fenômenos complexos e dos fenômenos únicos. Esse método enfatiza as especificidades de um fenômeno ou fato social em termos de suas origens e de sua razão de ser.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – CONHECENDO AS RELAÇÕES E RELACIONAMENTOS

A academia costuma separar os métodos e objetos próprios à teoria política e à abordagem histórica das relações internacionais, daqueles que enquadram uma visão jurídica ou econômica dessa mesma problemática.

São compreensíveis as muitas razões que militam para uma delimitação entre esses campos disciplinares. História econômica, ciência política, direito econômico internacional, história narrativa e sociologia do desenvolvimento, devem poder combinar-se em favor de uma visão integrada da inserção internacional do Brasil, nos quase dois séculos de emergência enquanto nação independente.

Como a pergunta do que, efetivamente, ocorreu nas relações internacionais do Brasil, as questões do quando e onde não suscitam maiores indagações metodológicas, uma vez que se trata de matérias de fato.

Com efeito, não é difícil precisar quando e onde o Brasil assumiu um determinado compromisso externo ou esteve envolvido em alguma questão internacional fatos históricos como entrada em guerra, assinatura de acordo, ingresso em organismo multilateral, conflito comercial, etc., bastando examinar uma relação cronológica de eventos e processos. (ALMEIDA; 2006, p. 20).

As relações internacionais cabem o papel de ciência e tecnologia, ensinar dinâmicas e temas elementares como cooperação competição, segurança e desenvolvimento nas dimensões interacionais. Fazem parte do contexto político e das relações sociais de qualquer país. (LEITE; GAYARD, 2019).

O surgimento dos cursos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais se insere num quadro em que o comércio internacional, os intercâmbios políticos, culturais e sociais, a entrada de grandes conglomerados estrangeiros, em quase todos os setores, passaram a assumir importância, causando impacto tanto junto à sociedade quanto no Estado brasileiro. Esse fato está relacionado ao papel que o país desempenha ou exercita com maior ou menor intensidade, à sua inserção em termos regionais ou mais amplos, e à própria percepção que se tem do mundo, influenciados pelos meios de comunicação de massa. (MIYAMOTO, 2003).

Não existe geração de novas tecnologias sem uma base de conhecimento científico e sem uma indústria de bens de capital, pela forma como se verifica a própria gênese, na prática, das modificações do processo produtivo.

Guimarães (2005, p. 125) salienta que o processo que vai resultar em uma inovação tecnológica se inicia com a ocorrência de um problema no processo produtivo. A partir da ocorrência desse problema, busca-se, com o auxílio do estoque existente e disponível no país de conhecimentos científicos e tecnológicos, que ajuda a desenvolver as soluções para aquele problema.

A pesquisa científica pura aumenta o estoque de conhecimentos disponíveis e facilita o processo de inovação tecnológica. A dinâmica de produção depende de como estão distribuídos os papéis e as funções dos atores sociais, cabendo ao Estado o papel chefe de mediador das relações entre os envolvidos. (LEITE; GAYARD, 2019).

Almeida (2006, p. 33) esclarece que a produção brasileira de relações internacionais tem vivenciado notável evolução, tanto quantitativa como qualitativamente. A afirmação evolutiva de estudos na área das relações internacionais, também surge no estudo de Decol e Silva (2019) que avalia a produção dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (RI) brasileiros do século XXI, a partir de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os estudos encontrados versam sobre economia internacional, segurança internacional e política externa, com construção e/ou reorientação de conceitos e criação de modelos de análise.

Fica evidente que a complexidade das Relações Internacionais necessita de complementação de modelos teóricos. A popularização dos assuntos ligados à diplomacia é uma das exigências que impulsiona o estudo do sistema internacional. O esforço teórico é parte da tentativa de empreender visão global da ordem mundial, por estar em constante mutação exige a elaboração de novos esquemas explicativos. O realismo e a interdependência se situam mais em posições complementares do que divergentes.

Observa-se o caráter ainda preliminar dos avanços metodológicos e práticos nessa área. Lijphart (1977, p. 53 *apud* Almeida, 2006, p. 36) destaca que,

"o estudo das relações internacionais é uma disciplina relativamente recente. Estima-se geralmente que ela se constituiu imediatamente após a primeira guerra mundial – mas que se desenvolveu com uma rapidez quase fulminante, sobretudo nos anos que seguiram à segunda guerra mundial".

Esse fato se dá, mesmo com a natureza precoce do “universo das relações internacionais”, onde se registra ainda o seu caráter incipiente da produção *lato sensu*, onde de um lado se tem pesquisas e estudos históricos e do outros ensaios de Ciência Política e trabalhos diversos nos campos da Economia, do Direito e da Sociologia.

Em especial, no Brasil, a evolução da disciplina é bastante recente, se pode afirmar que somente a partir da década de 1980 adquiri estatuto próprio diferenciando-se da Ciência Política e da História, porém, ainda não completamente. Continua a colaborar com a História na delimitação de um campo de conhecimento, voltado para o estudo da política externa e das relações internacionais.

Passou a trabalhar com a Ciência Política e outras disciplinas na discussão teórica ou empírica das questões econômicas, políticas e estratégicas das relações internacionais contemporâneas. Almeida (2006, p. 36) destaca que a crescente autonomia das relações internacionais, no mundo Anglo-Saxônico e na Europa Ocidental, coloca o caráter interdisciplinar desse campo de estudos como sua marca distintiva, não somente no Brasil, mas nos centros tradicionais de produção científica em geral. No campo de estudo tem se optado por uma dicotomia na formulação de conceitos, entretanto não existem apenas conceitos ocidentais sobre as relações internacionais. (MENDES, 2019a).

Relações Internacionais surge como uma disciplina em 1919 na Universidade de Gales em *Aberystwyth*, em 1920 na cidade de Londres no *Royal Institute of International Affairs* e em 1921 na cidade de Nova Iorque no *Council of Foreign Relations*, instituições privadas que adotam a disciplina para estudos científicos. Apesar de a disciplina apresentar raízes na escola norte europeia, os EUA tiveram condições materiais e ideológicas para avançar os estudos além de uma disciplina. Atualmente, os cursos e Relações Internacionais das instituições são referências mundial sobre o assunto. (MENDES, 2019a).

Para Guimarães (2005, p. 129), a inovação tecnológica, do tipo equivalente à introdução no mercado de um produto novo, corresponde à possibilidade de auferir lucros a partir de um maior poder de mercado. Essa inovação será protegida por seu detentor e não será transferida por ele, pois sua transferência corresponderia à criação de concorrentes, ao aumento da oferta, à redução dos preços e, portanto, de sua margem de lucro. Daí a tentativa de proteção jurídica a propriedade intelectual, por meio de sua extensão no tempo e no espaço.

A atividade de cunho científico vinculadas ao campo das relações internacionais apresentam crescente importância, com desenvolvimentos notáveis nos instrumentos existentes de estudo e pesquisa, e também no volume e diversidade da produção acadêmica e diplomática.

Da mesma maneira, a industrialização e a modernização econômica brasileira foram perseguidas de forma persistente pela sociedade, a integração regional passa a fazer parte do horizonte histórico no futuro da nacionalidade.

Num mundo em constantes mudanças, com cenários geopolíticos e geoeconômicos não totalmente claros, a opção de política adotada pelo Brasil passa a conformar um dos pontos mais importantes de sua agenda internacional. O pensamento científico pode se apresentar separado do pensamento técnico, mas os atos técnicos são tão rigorosos como o raciocínio científico. (MORAES, 2020). Essa questão deve figurar em posição de destaque em qualquer estudo, doravante, sobre as relações internacionais do Brasil. (ALMEIDA, 2008, p. 218).

Albuquerque (2005, p. 115) assevera que o período final da Guerra Fria foi dominado por questões, prenunciando a década de 90, de um lado, os temas econômicos de natureza transnacional que vieram a ser tratados na ótica da “globalização” e, de outro, a emergência dos chamados “novos temas” dos direitos e valores globais. O fim da Guerra Fria e do bipolarismo é um período para o desenvolvimento dos principais argumentos teóricos das Relações Internacionais. Os estados são detentores do poder, na ausência de um governo internacional, os estados vivem em constante discussão em torno da guerra pelo poder. (MENDES, 2019b).

Em cada avanço em um dos campos da nova temática, enfatiza Albuquerque (2005, p. 115), o Brasil foi alvo preferencial de todos os atores envolvidos, sejam os governos, os organismos financeiros internacionais, a comunidade financeira e de investidores, as organizações não governamentais (ONG). O Brasil vem se esforçando e participando desse movimento cultural de aprendizado.

Nenhum estudo a respeito das relações internacionais poderia negligenciar a perspectiva globalizante – e primariamente comparatista – consistindo em pensar sua inserção num sistema internacional cujas bases de funcionamento estão em processo de transformação acelerada.

Consolidação de um corpo literário, onde professores e acadêmicos se envolvam em conjunto formalizando atividades em sala de aula, discutindo experiências e contribuindo assim na aprendizagem em relações internacionais. Os professores e acadêmicos formulam conceitos, exploram ideias, criando conexões entre a abstração teórica e a prática política. (INOUE; VALENÇA, 2017).

Ainda, conforme Almeida (2006, p. 219) não está claro que estrutura de tomada de decisões políticas em nível mundial, e que conformação precisa em termos de sistema hierarquizado terá a ordem emergente atual, que passa a substituir o cenário bipolarizado de outrora.

Em todo caso, essa chamada “nova ordem” não mais consiste de apenas duas superpotências, algumas potências médias e vários Estados emergentes. No século XXI

assistimos China, Rússia, Índia reivindicarem lugares de destaque; o continente africano, também precisa ser ouvido; enquanto isso a América Latina continua sofrendo com conflitos políticos e morais nunca solucionados e sempre agravados, e a União Europeia imersa numa profunda crise existencialista de quem fica ou de quem sai do bloco econômico. (SILVA, 2018).

Os fenômenos de globalização e de regionalização prometem introduzir novas variantes nos modelos até hoje conhecidos do sistema internacional. O cenário histórico, futuro, indica que o estudo das relações internacionais terá de trabalhar, durante um tempo com os conceitos de “Estado periférico” e de “potência média”.

O padrão de relacionamento de um Estado desse tipo com os atores principais do sistema internacional, bem como o peso específico de nações periféricas na estrutura do poder mundial sofrerão mudanças significativas em direção do horizonte.

A área das relações internacionais é relativamente recente no Brasil e vem evoluindo gradativamente, o primeiro curso de graduação aprovado no país foi na Universidade de Brasília (UNB) em 1974. As contribuições em pesquisa na área estão ligadas a História, Economia e Ciência Política. É necessário um esforço dos professores das Relações Internacionais, para o entendimento que os efeitos de decisões realizadas na política exterior de outros países impactam na política econômica exterior de cada país. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

Nesse sentido, uma reflexão comparada sobre as tendências de desenvolvimento dos Estados médios, com base nos elementos de análises disponíveis, poderá contribuir para a melhor compreensão da agenda diplomática de um país-continente como o Brasil. (ALMEIDA, 2008, p. 219).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo país do globo terrestre, homens de Estado desenvolvem ideias acerca do modo de conceber o sistema internacional, sua estrutura e funcionamento, a economia internacional, bem como as relações do país com estruturas e conjunturas e com as outras nações. Cerro (2008, p. 16), refere-se a dirigentes, em especial os diplomatas, que desempenham funções relevantes para a formação nacional.

As correntes brasileiras do pensamento político e do pensamento diplomático carregam como legado histórico a identidade pluralista em que nasceu, cresceu e amadureceu a nação, cujo curso profundo repousa sobre substrato étnico-cultural múltiplo. Na esfera das ideias políticas e diplomáticas aplicadas às relações internacionais do país, esse substrato oferece base real, porém os pensadores se alçam com desenvoltura.

Os Estados continuam tomando as decisões fundamentais em política exterior, o elemento do poder e do conflito não desapareceram há uma malha de combinações de caráter estratégico-político e econômico que se demonstra pela flexibilidade do conceito de segurança nacional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem depois da Guerra Fria**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ALMEIDA, P. R. **O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia**. Brasília: LGE Editora, 2006.

CARVALHO, P. N.; ARAUJO, R. P. Prática de pesquisa e ensino de relações internacionais: relatos sobre experiências de pesquisa em comércio internacional. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 11, n. 1, p. 149-161, 2018.

CERVO, A. L. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/nwMkT5DfDqSfshWsNhBzhrw/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2020.

DECOL, J.; SILVA, I. C. O processo de teorização em relações internacionais no Brasil: uma análise a partir das produções PUC-RJ e UFRGS. **Revista das Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 308-335, 2019.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis, 1997.

INOUE, C. Y. A.; VALENÇA, M. M. Contribuições do aprendizado ativo ao estudo das relações internacionais nas universidades brasileiras. *Meridiano 47 Journal of Global Studies*, v. 18, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/fd3f728f1197faf6b891aee63070cba8/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606381>. Acesso em: 19 jun. 2021.

LEITE, I. C.; GAYARD, N. A. Quatro abordagens sobre interação entre cientistas e estados nas relações internacionais. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, n. 62, p. 85-1001, 2019. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri62/RI62_art07_ICLNAG.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações internacionais: teoria e relações**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

MENDES, P. E. O nascimento das relações internacionais como ciência social: uma análise comparada do mundo anglo-americano e da eurpa continental. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 21-53, 2019a. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/89031/54794>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MENDES, P. E. M. As teorias principais das relações internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, v. 61, n. 61, p. 95-122, 2019b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334260622_As_teorias_principais_das_Relacoes_Internacionais_Uma_avaliacao_do_progresso_da_disciplina. Acesso em: 19 jun. 2021.

MENEZES, A. M.; PENNA FILHO, P. **Integração regional**: os blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MORAES, G. H. **Avaliação da educação profissional e tecnológica: um campo em Construção**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_profissional_tecnologica/avaliacao_da_educacao_profissional_e_tecnologica_um_campo_em_construcao.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

MIYAMOTO, S. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia Política**, n. 20, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2021.

PECEQUILO, C. S. **Relações internacionais**: o mapa do caminho estudo e prática. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016.

POZZEBON, P. M. G.. **Mínima metodológica**. São Paulo: Alínea, 2004.

SALDANHA, E. **Teoria das relações internacionais**. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTOS, A. C. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. rev. conforme NBR 14724:2005. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, D. A. Das relações internacionais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 44, n. 2, p. 397-399, 2018.